

Qual a cara do ensino médio brasileiro?

Entrevista com Gaudêncio Frigotto

por Raquel Junia e Marcos Vasconcellos*

Gaudêncio Frigotto é docente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), autor de livros e artigos sobre educação e um reconhecido analista crítico do sistema educacional brasileiro. Nesta entrevista ele aborda a situação atual do ensino médio em nosso país, buscando entender seus condicionantes históricos.

Juventude.br – Que aspectos de nossa história levaram ao modelo de ensino médio que temos hoje?

Gaudêncio Frigotto – O não atendimento em quantidade e qualidade do ensino médio vem de uma sociedade que viveu um longo período de colonização. Fomos colônia de franceses, holandeses, ingleses e, finalmente, dos portugueses. Somos, por outra parte, a sociedade ocidental que mais demorou em promover a libertação dos escravos, quase 400 anos. Isso deu um caldo cultural em que a classe dominante só muito vagarosamente evoluiu até mesmo para ter um espírito capitalista. Por isso essa classe não foi capaz de produzir e completar a revolução burguesa no Brasil. Preferiu associar-se de forma subordinada às burguesias dos centros hegemônicos do capitalismo.

Aquela imagem de que o escravo era um animal que fala está muito presente como um estigma escravocrata da burguesia brasileira. Estigma que afeta o Poder Judiciário, os políticos, a universidade e, sobretudo, a classe empresarial. Agora o trabalhador é percebido

Raquel Lima – Coord. Comunicação UFRJ



Gaudêncio Frigotto

como um animal que pensa ou, como queria Taylor em sua teoria da administração, como um macaco domesticável. A herança dessa cultura traduz-se na ideia de que o trabalhador precisa ser adestrado ou frequentar apenas alguns anos de escolaridade. Daí também sermos hoje uma das sociedades que pior remuneram o trabalho assalariado. A classe dominante brasileira até hoje sequer se colocou como problema a universalização real do ensino fundamental. Acesso à escola, por si, é uma conquista, mas isso não significa acesso ao conhecimento e à cultura.

Por outro lado, na década de 1990 efetiva-se o desenlace da confrontação de projetos de desenvolvimento entre uma nação soberana e um país de capitalismo dependente. O pêndulo, para usar a metáfora do sociólogo Otavio Ianni, definiu-se e afirmou-se por um capitalismo dependente de desenvolvimento

Aquela imagem de que o escravo era um animal que fala está muito presente como um estigma escravocrata da burguesia brasileira. Estigma que afeta o Poder Judiciário, os políticos, a universidade e, sobretudo, a classe empresarial. Agora o trabalhador é percebido como um animal que pensa ou, como queria Taylor em sua teoria da administração, como um macaco domesticável. A herança dessa cultura traduz-se na ideia de que o trabalhador precisa ser adestrado ou frequentar apenas alguns anos de escolaridade.

desigual e combinado, onde a baixa escolaridade, o trabalho informal e o trabalho simples, ao contrário de representarem empecilhos, são sua condição. Uma sociedade na qual grassam as atividades ligadas ao trabalho simples e onde há poucos nichos de trabalho complexo.

O ensino de nível médio universal não se coloca, pois, como problema para esse tipo de sociedade. Daí o descalabro quantitativo e qualitativo e os reiterados espasmos de mudanças, de novas propostas e novos projetos para o ensino médio.

Houve uma reunião no Ministério da Educação no início de 2008 para debater a crise do ensino médio alardeada pelo pesquisador José Pas-

É inegável o esforço do governo para ampliar o ensino médio em todo o Brasil, especialmente o ensino técnico.

tore, da USP. Ele usou a expressão “apagão educacional”, que foi seguida pelo vozerio, de cunho moralista, do dever ser, entoado por políticos e empresários. Nessa reunião, causaram certo espanto três indicadores custo/aluno que assinalei.

O primeiro foi retirado de uma pesquisa patrocinada pelo Inter-American Dialogue e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, cujo relatório intitula-se “Futuro em Risco” e trata da crise da educação na América Latina. Nesse relatório é assinalado que o valor a ser investido no ensino fundamental e médio, a fim de que sejam atingidos os patamares dos países desenvolvidos, é de 4.170 dólares, aproximadamente 8.500 reais por aluno/ano em valores de então. A surpresa e o espanto vêm da seguinte constatação: se tanto se propala a ideia linear e economicista de que a educação básica é a galinha dos ovos de ouro para o

desenvolvimento, por que o Estado brasileiro apenas investe, mesmo agora com o Fundeb (fundo voltado ao desenvolvimento da educação básica), cinco vezes menos por aluno/ano do que o apontado pelo indicador acima?

Os dois outros indicadores, para não sair do nosso contexto, os tomei da representante das mantenedoras do ensino médio privado e dos demais presentes na reunião. Eram dois ministros, diretores, coordenadores e técnicos do MEC ligados ao tema, e ainda alguns pesquisadores convidados. Da representante das escolas privadas retirei o dado do valor das 12 mensalidades da escola da qual era dona, por ela definida como de boa qualidade. A média de mensalidade era de 750 reais. Isso vezes 12 dá um custo contábil aluno/ano de 9.000 reais. Por fim, a maior parte dos presentes educou seus filhos em escolas de ensino básico privado. Considerando-se o pagamento para o efetivo aprendizado de uma segunda língua em cursos especializados, já que mesmo as escolas privadas consideradas de bom nível não dão conta disso, o custo médio aluno/ano é de mais de 10 mil reais.

A reforma do ensino médio delineada pelo decreto lei 2.2008/96 do

governo Fernando Henrique Cardoso e de seu ministro Paulo Renato de Souza baseava-se na ideia de que o ensino da rede de centros federais de educação tecnológica era caro. Mas seu custo contábil não chegava a 6 mil reais. Não por acaso foi aquele governo que protagonizou a reforma e o desmonte do Estado e ampliou a privatização e a deterioração da educação pública. Da mesma forma, não por acaso ambos são intelectuais que reforçam o atraso da burguesia brasileira.

Juventude.br – Como o senhor vê os esforços do Ministério da Educação para ampliar o ensino médio na quantidade e na qualidade?

Gaudêncio Frigotto – Acho que o atual governo, com o decreto 5154/04, sinalizou a possibilidade de mudanças, mas nem o governo nem a sociedade se mobilizaram para inverter de fato o que se plan- tou nos anos duros de ideologia e política neoconservadora. É inegável o esforço do governo para ampliar o ensino médio em todo o Brasil, especialmente o ensino técnico. Houve a tentativa de comprometer o sistema S no sentido de transformar em bolsas uma fatia substantiva dos mais de seis bilhões de fundo público que administra privadamente. Mas as forças conservadoras empresariais e outras, dominantes no congresso, no presente e no passado, vetaram um avanço significativo. Apenas, com uma parcela de boa vontade, negociaram algumas bolsas. Ainda assim, notícias veiculadas na imprensa mostram que essa medida não vem sendo cumprida. Apesar de tudo, o que cabe sublinhar é que se sinaliza um avanço quantitativo no ensino médio, embora o mesmo não esteja acontecendo no que diz respeito à superação da dualidade e da fragmentação.

Luiz Guilherme Fernandes – Em Diálogo/UFF



Escola Estadual Álvaro Adolfo, em Santarém/PA



Professora conversa sobre o projeto Ensino Médio em Diálogo no Instituto Clélia Nanci, em São Gonçalo/RJ

No ensino público a ênfase têm sido as escolas técnicas profissionalizantes. O próprio MEC mantém na sua estrutura a dualidade – uma Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e outra para o ensino médio tradicional –, reforçando a falsa dicotomia entre técnico e acadêmico, geral e específico.



Raquel Junia – Em Diálogo/UFF

Acima: estudantes cariocas protestam em apoio aos professores na última greve da categoria. Abaixo: estudantes do Colégio Estadual Lauro Correa, em São Gonçalo/RJ



Luiz Guilherme Fernandes – Em Diálogo/UFF

Como assinalei, no ensino público a ênfase têm sido as escolas técnicas profissionalizantes. O próprio MEC mantém na sua estrutura a dualidade – uma Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e outra para o ensino médio tradicional –, reforçando a falsa dicotomia entre técnico e acadêmico, geral e específico. A ideia do ensino médio integrado, como um tempo de travessia para um ensino médio unitário, evaporou-se.

Juventude.br – O que o senhor chama de ensino médio tradicional tem caráter não vocacional, não profissionalizante?

Gaudêncio Frigotto – Sim. É o ensino médio que Destutt de Tracy, no início do século 20, definia como aquele destinado a quem tinha muito tempo para ficar na escola. Aí se forma a base daqueles que se destinam à posição de dirigentes. O vocacional ou profissional seria destinado aos que desde cedo necessitam aprender o duro ofício do trabalho penoso a que se destinam, de acordo com esse autor.

No Brasil, ao mesmo tempo em que se ampliava a rede escolar criou-se, na década de 1940, a rede de escolas técnicas federais – depois alçadas a centros federais de educação tecnológica (CEFETs), atualmente re-alçadas a institutos

Esse nível de educação (ensino médio) é constitucionalmente atribuído aos estados. E, dado que manter laboratórios, professores qualificados e bons espaços educativos é caro, poucos governos estaduais investem efetivamente.

federais de educação tecnológica (IFETs) – e o sistema S, principian-do com SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). A rede de CEFETs oferecia um ensino médio integrado, ministrando uma formação geral bastante fraca e um aprendizado profissional direcionado à formação de técnicos de nível médio, que poderiam tentar também as carreiras mais disputadas nas universidades. Por isso a disputa para ingresso nessas escolas era elevadíssima; a relação aluno/vaga chegava, em alguns casos, a mais de 50 para 1. Mesmo que tivessem um viés tecnicista e dual, tratava-se de instituições de melhor qualidade, equiparáveis apenas ao Colégio Pedro II (RJ), aos colégios de aplicação e a algumas outras raras experiências de ensino público.

Mas as matrículas de ensino médio em instituições mantidas pela União não ultrapassam hoje 1% do total, mesmo com a recente ampliação. Esse nível de educação é constitucionalmente atribuído aos estados. E, dado que manter laboratórios, professores qualificados e bons espaços educativos é caro, poucos governos estaduais investem efetivamente. Resulta disso que as matrículas de ensino médio em instituições estaduais (quase 80% do total) enfrentam condições estruturais pífias. O ensino médio está engessado, não se expande ou se expande pouco e é de péssima qualidade para os alunos tanto na condição de cidadãos quanto como pessoas que precisam enfrentar a atual base técnica do sistema produtivo em todas as áreas.

O ex-ministro da educação Cristóvão Buarque encampava a proposta de federalizar esse nível



de ensino. Penso que essa seria uma decisão estratégica se também rompesse com a dualidade. O que precisamos é de um ensino médio que dê base a todas as dimensões da vida. O mercado não é nem o único e nem o melhor parâmetro para a organização do ensino.

Em recente artigo sobre os IFETs, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatiza sua importância. Todavia, ao não explicitar que o ensino médio oferecido não deve ser estritamente profissionalizante, pode acabar reforçando uma tendência de alguns estados de criar redes paralelas. É o caso do Rio de Janeiro, com a criação da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Uma pesquisa recente com os alunos dessa rede demonstra que se inculcou neles a ideia segundo a qual o que os forma é entender um pouco de Informática, Matemática, Química e Física, e que História, Geografia, Sociologia e até Língua Portuguesa seriam matérias secundárias. Ampliar o ensino médio é crucial, mas é preciso ver com que concepção e com que base em termos de recursos.

O que precisamos é de um ensino médio que dê base a todas as dimensões da vida. O mercado não é nem o único e nem o melhor parâmetro para a organização do ensino.

Juventude.br – A política de criação dos IFETs não estaria, então, dentro do conceito de ensino médio integrado?

Gaudêncio Frigotto – Diria que não, pois a concepção de ensino integrado é muito diversa. O conceito de ensino médio integrado faz parte da luta para superar o tecnicismo e o dualismo. Por isso sempre o enxergamos como uma travessia em direção a uma educação básica capaz de contemplar, ao mesmo tempo, dimensões gerais (ou mais universais) e específicas, dimensões técnicas e culturais, políticas, artísticas etc.

Na verdade, a luta fundamental é por um ensino médio unitário, politécnico ou que desenvolva todas as dimensões do ser humano, ainda que isso seja combatido e não realizável dentro das relações sociais capitalistas. Na especificidade do capitalismo dependente e da classe que o produz, como assinaléi anteriormente, não há empenho e interesse em que esse nível de ensino seja para todos. ❶

* **RAQUEL JUNIA E MARCOS VASCONCELLOS** são jornalistas do projeto Ensino Médio em Diálogo. Contato: www.emdiálogo.uff.br. A íntegra desta entrevista pode ser conferida no endereço www.emdiálogo.uff.br/.../qual-é-cara-do-ensino-médio-brasileiro-entrevista-com-o-professor-gaudêncio-frigotto-0